

EXPRESSO	•	5/1/80	AVANTE	
SEMPRE FIXE			PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO			POVO LIVRE	
O JORNAL			ALAVANCA	
NOVA TERRA			UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE			LUTA POPULAR	
			PODER POPULAR	

## AD revê em S. Bento 67 leis Pintasilgo

OS GRUPOS parlamentares do PSD, do CDS e do PPM requereram à Assembleia da República a sujeição a ratificação de 67 decretos-lei publicados a partir de 2 de Dezembro, ao mesmo tempo que o Conselho de Ministros suspendeu, para reexame, decisões do Governo anterior.

Os principais decretos referem-se a matéria proposta pelos ministérios do Trabalho, das Finanças, da Agricultura e Pescas e da Administração Interna, além do que refere o caso do jornal "O Século", proposto pelo Ministério da Comunicação Social.

Destacam-se o da Administração Interna que cria a Brigada de Operações Especiais (ver apontamento de reportagem nas págs. 4/5 R) e do Ministério da Coordenação Económica e do Plano que aprova o orçamento de programas destinados à construção naval destinada às pescas e da autorização para a contração de empréstimos externos.

No campo da Comunicação Social, além do diploma que se refere ao caso Século, fica sujeito a ratificação o que regulamenta a carteira profissional dos jornalistas.

O volume de decretos com esta sujeição não permite alusão na íntegra pelo que nos limitamos a referir os mais importantes. Entre outros figura o que estabelece as normas relativas à concessão e emissão de passaportes especiais; o que autoriza o Gabinete da Área de Sines a cobrar taxas pelo fornecimento de água às empresas e aos particulares instalados na zona; o que aprova a Lei orgânica da Direcção-Geral do Património do Estado; o que estabelece nova redacção quanto à elaboração do orçamento e contas das autarquias locais; o que estabelece condições para passagem às situações de reforma e reserva dos militares do quadro permanente; o que reestrutura o Serviço de Coordenação e Extinção da PIDE/DGS; o que

Continua na pág. 12



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

# Legislação Pintasilgo

Continuação da pág. 1

introduz alterações ao Código de Processo Penal; o que estabelece condições da emissão do empréstimo interno amortizável; o que autoriza a atribuição de empréstimos não reembolsáveis a empresas públicas; o que reestrutura a Direcção-Geral de Contabilidade Pública; o que introduz alterações ao Código de Processo e ao Regulamento das Custas e Contribuições e Impostos; o que reestrutura a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; o que cria as comis-

sões de coordenação regional; o que cria na Secretaria de Estado da Saúde o serviço de informática; o que cria o Gabinete de Planeamento da Direcção-Geral dos Edifícios Públicos; o que mantém em vigor por mais três anos o diploma que refere a revisão do regime do ciclo preparatório; o que prorroga o prazo para o registo de televisores; o que cria a Universidade de Évora em vez do Instituto Universitário de Évora; o que define a natureza, atribuições e competência do Instituto para a

Cooperação Económica e a competência da Direcção-Geral de Cooperação; dá nova redacção ao disposto sobre o Dia de Portugal e das Comunidades; o que estabelece garantias quanto ao reassumir de funções profissionais por quem seja chamado ao exercício de funções governativas; o que define o regime jurídico dos centros de gestão da empresa agrícola; o que dá nova redacção ao decreto que se refere ao pagamento das contribuições para a Previdência.

